

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

IMPORTÂNCIA DO ELEMENTO RELIGIOSO
NO PROCESSO PEDAGÓGICO

1665

Alexandre Sanches Ximenes

XIII

MONOGRAFIA apresentada como exigência
parcial para aprovação na Disciplina
EP-150 - Sistemática do Trabalho Indi
vidual e de Grupo/Curso de Pedagogia.

Campinas, junho de 1990

S U M Á R I O

1. INTRODUÇÃO	1
2. RELIGIÃO E SOCIEDADE	1
2.1. Presença do Sagrado no Mundo Moderno	
2.2. Religião: Ópio ou Profecia?	
3. POR QUE O ELEMENTO RELIGIOSO? PRESSUPOSTO FILOSÓ- FICO	6
4. NECESSIDADE PSICOLÓGICA DA RELIGIÃO.	6
4.1. A Morte e o Sentido da Vida	
5. CRISTOLOGIA E LIBERTAÇÃO	9
5.1. Jesus: Homem Libertado e Libertador	
5.2. O Cristo da Fé e a Ressurreição	
6. CONHECIMENTO E LIBERDADE	11
APÊNDICE: A Ação Pedagógica das CEBs.	13
BIBLIOGRAFIA.	15

1. INTRODUÇÃO

Se um indivíduo, surdo de nascença, fosse a um espetáculo onde se apresentasse um famoso recital de piano, poderia até gozar de alguma satisfação, seja pelo ambiente agradável, seja pelas expressões e comportamentos maravilhados dos outros espectadores. Mas, o que teria ele a dizer sobre a música em si? É evidente que nada que fosse merecedor de crédito.

Assim com esse trabalho.

Desde o início aconselho a quem nunca teve experiência com o religioso que não o leia, sob o risco de nada poder compreender dele e ficar (como o surdo) divagando sobre as opiniões e comportamentos dos outros leitores, porventura religiosos.

Contudo, é duvidando da existência de pessoas para quem as perguntas e realidades religiosas nunca existiram que me proponho a escrever sobre o tema "Importância do Elemento Religioso no Processo Pedagógico". Algo que, longe de ser um devaneio purista de uma filosofia da religião aplicada às teorias pedagógicas, permeia a nossa vida pessoal de um modo maior do que queiramos admitir.

Desse modo, essa monografia discorrerá sobre alguns pressupostos filosóficos, psicológicos e sociológicos da religião que nos levarão a perceber a importância dela para qualquer pedagogia, seja conservadora ou progressista. Continua o trabalho com uma análise mais específica sobre o cristianismo e a importância da ressurreição na libertação humana. Tento, por fim, esboçar alguns pensamentos sobre a liberdade humana e sua possibilidade única de realização: a união do homem com Deus. E, como apêndice, proponho a apresentação do trabalho pedagógico realizado nas CEB's como exemplo de possibilidade de concretização das idéias que apresento no decorrer do texto.

2. RELIGIÃO E SOCIEDADE.

2.1. PRESENÇA DO SAGRADO NO MUNDO MODERNO

Se, antigamente, a religião era um fato intrínseco e claramente percebido - à existência humana, com o passar do tempo e o progresso da ciência tal realidade foi-se obscurecendo, até parecer a religião algo extinto

da vida dos homens e da sociedade.

Porém, pergunto-me se essa separação sociedade/religião é algo real. Sim, pois que existem outras maneiras de analisar a presença do sagrado no mundo moderno que não as comuns estatísticas de frequência a atividades e cultos religiosos.

Assim, com Kolakowski, Berger e tantos outros, proponho uma existência latente do religioso no homem e na sociedade moderna. E, para provar isso, parto da análise que Durkheim faz da religião, comparada à posição de Kolakowski.

Durkheim percebe que a religião é um fato na vida cotidiana, e a admite como tal. Percebe-a como um aspecto essencial e permanente da humanidade. E, portanto, dispensa análise sobre sua veracidade ou falsidade. Adentrando-se nesse assunto, vê que às religiões é comum a existência das coisas sagradas em anteposição às profanas. Enquanto que essas últimas são utilitárias, descartáveis e propriedade dos homens, as outras não dependem do critério de utilidade e, ao contrário, são proprietárias dos homens.

Reconhecida essa dualidade e preocupado com o fenômeno da secularização dos tempos atuais é que tento dar a ela (secularização) um conceito mais claro e coerente. Longe de a admitirmos como decréscimo nas atividades religiosas decorrente da industrialização ou como definhamento da necessidade religiosa em vista de que o profano explique tudo, como querem as errôneas e comuns interpretações, entendamo-la como o esvaecimento da fronteira entre o profano e o sagrado.

Desse modo, para Durkheim, se a religião é a responsável pela lógica dos relacionamentos humanos e pela ética dos comportamentos sociais, na medida em que estipula o sagrado separado do profano, a secularização (entendida como a apresei) era vista como horrível possibilidade de destruição da sociedade. E então — e é aí que difere de Kolakowski — acreditava que a religião fora um instrumento inventado para manter a sociedade, e que o Deus de toda religião é, portanto, a própria sociedade, ainda que isso se processe de forma oculta aos olhos dos fiéis.

Já Kolakowski, criticando essa idéia, ainda que acredite que "a questão (...) é de saber se (a sociedade) é capaz de sobreviver e de tornar a vida tolerável para seus membros no caso de o sentimento do sagrado (...) ser inteiramente eliminado (...), de saber se certos valores, cuja vigência é necessária para a própria duração da cultura, podem sobreviver sem se enraizar no reino do sagrado, no sentido próprio do termo" (1), prega que para que do sagrado se possa tirar proveito (como instrumento, como queria Durkheim) ele precisa estar presente anteriormente a esse fim, isto é, para que se possa defender uma causa dizendo que Deus a legitima, é necessário que a autoridade desse Deus seja a priori reconhecida, e não inventada para essa causa.

Contudo, reforçando Durkheim, diz ele que rejeitar os limites do sagrado, estendendo-o ao campo do profano, leva ao suicídio da sociedade e do homem mesmo, já que admitir a existência do sagrado é a condição para aceitar a vida e ao mesmo tempo aceitá-la como uma derrota.

2.2. RELIGIÃO: ÓPIO OU PROFECIA?

Tendo concluído, como nós, que a religião é fundamental para a sustentação e permanência da sociedade, os hegelianos de esquerda culpavam-na, considerando-a responsável pelas desgraças sociais. E, para isso, investiam contra ela armados daquilo que chamavam de "crítica" e que conhecemos por "consciência". Marx ri-se disso e diz que "não é a consciência que determina a vida; é a vida que determina a consciência" (2). Assim, nem é possível pela consciência (ou crítica) destruir a religião já que a primeira é filha dessa última, nem é crível que a religião seja culpada das desgraças sociais, porquanto é decorrência da sociedade (desgraçada ou não).

Entretanto, embora Marx ria-se desses filósofos, diz que a religião é o ópio do povo. E, que quer dizer ele com isso? Vejamos: partindo da alienação do trabalho (o homem trabalha a fim de satisfazer o desejo de outrem) e

(1) Leszek Kolakowski, A Revanche do Sagrado na Cultura Profana (São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais S/A, 1977), p. 156-157.

(2) Apud Rubem Alves, O que é Religião (São Paulo: Brasiliense/Abril Cultural, 1984), p. 72.

dizendo-a ilógica defende que a lógica para legitimação (consolidadora dos fortes) e consolação (consoladora dos fracos) implícitas nessa alienação é a religião. E, portanto, é ela um como que ópio que escraviza e que por isso deve ser abolido da vida do homem como condição de sua verdadeira felicidade.

Mas — pensava Marx — se a existência das idéias (religiosas, no caso) é determinada pela situação existencial das pessoas, é impossível eliminar as religiões. Portanto, antes de eliminar as ilusões religiosas, Marx pretende eliminar as situações que necessitam delas, para que se atinja a felicidade. Assim, mais que brigar com a religião, Marx antevê o seu fim. Desaparecida a alienação, desaparecerá a religião, enquanto ela é ilusão consoladora e legitimação consolidadora da mesma alienação. Desaparecerá a sua necessidade.

Creio que vale aqui remetermo-nos à primeira Epístola de São Paulo aos Coríntios e perguntarmo-nos, a despeito das críticas que possam nos fazer, se não contém o seu 13º capítulo a mesma idéia, na medida em que afirma que, quando vier a perfeição, o que é limitado desaparece(rá (v. 8-10) e que agora a fé e a esperança permanecem, mas que desaparecerão com o advento do perfeito (comparar v. 12-13 com v. 8).

Para completar Marx e esclarecê-lo a respeito da expressão "ópio do povo", recordemos a religião dos profetas que viveram no período de 850 a 600 a.C. Essa religião, de caráter marcadamente ético e político denunciava a opressão e toda e qualquer posição religiosa que a legitimava.

Entretanto, ao longo da história, essa religião foi esquecida. E a memória do Deus dos oprimidos se perdeu, enquanto restou a da religião dos fortes. E tudo nos levou a crer que religião era realmente e apenas alienação. "Foi então que uma série de fatores coincidentes permitiu que se reconstruísse a perdida visão profética da religião como instrumento de libertação" (3). E quais são esses fatores? Primeiramente o desenvolvimento da ciência histórica que nos permitiu penetrar na cortina de in-

(3) Rubem Alves, op. cit., p. 107.

interpretações que os vitoriosos haviam criado. Em segundo lugar, o desenvolvimento da arte da interpretação: percepção, através do discurso dos vitoriosos, da verdade acerca dos vencidos.

E isso nos dá, comparado à idéia de "ópio do povo", uma conclusão escandalizadora tanto para os capitalistas quanto para os marxistas, na medida em que, de um lado, seria melhor que Marx estivesse certo, porque assim os detentores do poder não precisariam se preocupar com as esperanças dos profetas, e, por outro lado, se as religiões podem revolucionar a realidade, os marxistas têm "de admitir que os fantasmas superestruturais podem se encarnar e fazer história" (4).

Mas permanece ainda um problema: no mais das vezes, o que se vê são os pobres e oprimidos envolvidos com uma religião mística, com uma religiosidade popular parecida como famoso "ópio". Contudo, creio poder ser ele resolvido por uma pedagogia que queira ser realmente libertadora. E como deve ela agir? Conscientizando-os de sua força e da força da religião dos profetas. Parece-nos que quando isso acontece, o paraíso é como que trazido à terra e colocado num horizonte em busca do qual vai a humanidade oprimida e conscientizada. Por isso, uma pedagogia que admita esse elemento religioso como libertador terá grande sorte, enquanto que àquela que, querendo ser moderna, desconhecer esse Deus-protesto-e-poder dos oprimidos, caberá o fracasso.

Trata-se, pois, de as pedagogias analisarem sob esse prisma sociológico o elemento religioso. Assim, assumi-lo como ópio, será fundamental para as pedagogias que quiserem manter uma situação de alienação. Já o inverso (assumi-lo como profetismo) é de interesse das pedagogias progressistas que advogam a libertação das classes alienadas.

(4) Rubem Alves, op. cit., p. 111.

3. POR QUE O ELEMENTO RELIGIOSO? PRESSUPOSTO FILOSÓFICO

Pergunta-se-me por que creio que é no elemento religioso que se encontra a possibilidade de uma pedagogia libertadora. Respondo que é porque se todo sistema (pedagógico também) acaba por se identificar com o divino, fetichizando-se, para que haja um sistema (pedagógico) realmente libertador, necessita-se que nem nele seja posta a própria confiança, mas em uma Alteridade Distinta de todo sistema possível.

De tal modo que, assim como lutar pela libertação do pobre na escola é proclamar a não divindade do sistema pedagógico conservador, proclamar libertadora uma nova pedagogia que se instaure é negar também dela qualquer tipo de fetichismo escravizador que ela possa assumir. Assim, "a afirmação da Exterioridade Absoluta é fechar a uma futura tautológica negação da afirmação libertadora" (5).

Creio bastar essa motivação. Em nenhuma instituição ou sistema está a divindade e, portanto, a liberdade. Logo, só no divino-externo-a-todo-o-criado está a verdadeira liberdade. (Cf. cap. 6).

4. NECESSIDADE PSICOLÓGICA DA RELIGIÃO

Diferentemente dos animais, o homem, impulsionado pelo desejo, está sempre à procura de alguma coisa que preencha sua vida. Nessa busca é forçado a criar símbolos. A religião, ao lado dos sonhos, é para Freud e Feuerbach um desses símbolos. Se, entretanto, nessa afirmação os dois pensadores concordam, no resto divergem. É assim que Freud prega que, como o sonho, a religião é incapaz de nos trazer felicidade. Não somos felizes porque não somos o que queremos ser. A sociedade impede. E, mais que isso, nem sequer sabemos o que queremos ser, porque o desejo, dada a sua grande repressão, tornou-se inconsciente. Entra aqui mais uma vez a pedagogia progressista como pro-

(5) Enrique D. Dussel, Filosofia da Libertação (S. Paulo, Edições Loyola, s/d), p. 106-107.

motora da conscientização (necessária para a libertação).

Como dizia, se para Freud a religião (enquanto sonho que é) é memória de um passado prazeroso que foi destruído pelas proibições da sociedade e do superego e que por isso não pode ser recuperado, para Feuerbach a visão era outra: enquanto sonho (que revela o inconsciente) a religião é profética, nela contemplam-se lampejos de um futuro sonhado. Assim é que, como em "1984", de Orwell, o homem que sonhou em voz alta não tinha consciência dos próprios desejos que proclamava, a religião é o "solene desvelar dos tesouros ocultos do homem, a revelação dos seus pensamentos mais íntimos, a confissão pública dos seus segredos de amor" (6).

Lembrar-se também que o personagem do livro citado foi preso pelas suas proclamações subversivas é recordar que a religião autêntica é provocadora de repres-são e martírio.

Desse modo, Feuerbach nos atenta para o fato de que a conscientização da religião (tornar consciente o inconsciente dos sonhos religiosos) é altamente libertadora. E, mais uma vez, chama a pedagogia à consciência do valor da religião para que cumpra essa tarefa de conscientização.

4.1. A MORTE E O SENTIDO DA VIDA

Peter Berger, em seu livro "Um Rumor de Anjos", retrata uma cena cotidiana de um modo muito profundo e não menos belo que a cena em si: a mãe que consola o fi-lhinho que chora durante a noite, tendo acordado de um pe-sadelo. Diz a mãe à criança: "não chore, está tudo bem, es-tá tudo em ordem". E, pergunta-se Berger: por que diz a mãe que tudo vai bem, se na verdade ela sabe que o mundo está mais povoado de inseguranças do que de seguranças? É que a mãe crê em uma bondade fundamental da vida. A vida tem um sentido para a mãe. E pergunto-me agora: quem lhe dá esse sentido? Mais: o que dá a nós sentido e motivo pa-ra continuarmos a viver?

Embora Freud diga que a religião não nos leva à felicidade, é dever nosso recordar que, ao lado de Feuerbach, ainda que por outros motivos, a maioria das pessoas

(6) Ludwig Feuerbach, apud Rubem Alves, op. cit., p.97.

continua a ser fascinada pelo sentido que a religião dá à vida, um sentido pelo qual vale a pena continuar a existir: a vida eterna. Sim, pois na hora em que o homem depara-se com a certeza da própria morte, um grande problema psíquico se instala, e só a crença num futuro posterior a ela dá ao homem sentido à vida. Dessa crença ocupa-se a religião.

Desse modo, qualquer pedagogia coerente com a vida, deve preocupar-se com a morte e com a crença religiosa no pós-morte, deve ater-se ao sentido que a religião dá à vida.

Ora, quando a vida ganha sentido, sentimos errado todo desrespeito a ela, como o narrado na obra de Dostoiévski, "Os Irmãos Karamázovi", acerca do menininho que fora trancado por seus pais num quarto gélido e escuro por ter urinado na cama. No diálogo pormenorizado fala-se de como, entre soluços, a pobre criança bate com suas mãozinhas duras de frio pedindo a seus pais que lhe abram a porta. Meu Deus! Que razões haveria para justificar tal injustiça? Nenhuma, é evidente. Pois que não só nós, mas conosco o universo inteiro, proclamamos a nossa vocação para o amor, para a felicidade, para a liberdade, ... para a Vida. "Anunciar que a vida tem sentido é proclamar que o universo é nosso irmão" (7).

Perceber que a morte existe é, além de sentir a necessidade de crer num futuro posterior a ela, dar sentido à vida anterior a ela. Um sentido novo, especial. Assim, imagine o que você faria se soubesse que fosse morrer daqui a um mês. Depois do susto inicial, todas as burocracias (que matam) perderiam seu sentido, e a vida (a única) ganharia um novo, e então você saborearia dela cada pequena coisa e momento: sorriria para as flores, para as crianças, molharia seus pés num riacho, iria rever as pessoas queridas que há muito não via, ... e como isso seria revolucionário, libertador!

Entretanto, podem dizer que esse sentido da vida não é um fato, que a vida eterna é só uma esperança. Mesmo assim, continuariam os motivos para se continuar crendo. Sim, pois embora não saibamos se a morte é nossa

(7) Rubem Alves, op. cit., p. 125.

irmã, desejamos ardentemente que seja! É por isso que aquele que crê se lança inteiro, porque vê que é mais belo o risco ao lado da esperança que a certeza ao lado de um universo frio e sem sentido.

5. CRISTOLOGIA E LIBERTAÇÃO

Permito-me adentrar num campo mais específico, qual seja o da Cristologia.

Vimos que a religião pode ser ópio ou profecia (protesto e poder dos oprimidos) dependendo do uso que se lhe dê. Não sejamos acrílicos. Percebamos que a Cristologia também é ambígua no sentido de ser a apresentação de um Cristo que pode ser legitimador de uma ideologia ou libertador no sentido próprio do termo. Tendo isso em mente, parto, sem críticas a outra visão, a um estudo do Cristo libertador.

Façamos, pois, mais a título de didática que de significação, uma separação entre o Jesus histórico (homem concreto e sua pregação enquanto tal, que esteve vivo há dois mil anos na Palestina) e o Cristo da fé (o mesmo Jesus analisado teologicamente à luz da fé).

5.1. JESUS: HOMEM LIBERTADO E LIBERTADOR

Pela história vemos que esse Jesus-homem concreto, viveu de um modo, por assim dizer, livre. De todo poder político, da cultura de seu povo e até da visão religiosa de então. E, além de ser livre, libertou os seus conterrâneos e contemporâneos a princípio, e continua a libertar tanta gente por todo lugar e tempo.

E se há algo que discordar dessa afirmação, se há alguma dúvida quanto à libertação que ele trouxe, pretendo esclarecê-los.

Na medida em que ele prega o Reino de Deus, mais que a qualquer outra coisa (a Deus, a si mesmo, ou à Igreja), coloca em cheque qualquer tipo de institucionalização "regionalista" (e fetichista, portanto), de tal modo que abre a possibilidade a todos, ainda que fora de sua doutrina, de entrarem nesse Reino.

Além disso, Jesus na pessoa de "rei messiânico", a exemplo dos reis orientais, sente-se desafiado pela

injusta situação do pobre e deve cumprir seu papel de trazer justiça social ao povo. E mostra-nos, desse modo, um novo sentido de pecado: injustiça social.

Por mais que me estendesse nesse tema, seria pouco. É necessário que recordemos toda a história bíblica e a leiamos com olhos críticos percebendo o seu enorme valor libertador.

5.2. O CRISTO DA FÉ E A RESSURREIÇÃO

É a partir da ressurreição que se reconhece o Cristo da fé, e, portanto, vale aqui o que disse do Jesus histórico: pouco será falado diante da infinidade de estudos que existem a esse respeito. Contudo, contentemo-nos com aquilo que nos ajudará nesse trabalho.

Bem, à luz da fé, Jesus nos é apresentado como o antecipador da libertação plena que Deus quer para o homem: a ressurreição. E enquanto antecipador, Jesus Cristo é libertador: liberta do velho homem (escravo) para o homem novo (livre). Ele é o termo do processo de hominização, enquanto ressuscitado é-um-com-Deus. Este é o fim da hominização e, portanto, da educação: ser-um-com-Deus. Deixar que Deus se realize no homem.

Entretanto, fica-nos a pergunta: Jesus é o termo da hominização; contudo, ele não está entre nós, e nós não chegamos ainda à plenitude. Então, que fazer? Há uma dupla resposta, ou melhor, há duas coisas a serem feitas. A primeira é, recordando que Cristo não foi um-com-Deus por ascetismo e vontade própria, mas por geração, alegrar mo-nos e reacendermos nossa esperança de também sermos um dia, pela vontade de Deus, um-com-Ele. A segunda, a nível da práxis temporal, é que devemos ter as mesmas atitudes que Jesus teve. Devemos permear esse "entretempo" entre a ascensão do Cristo e a parusia com a práxis libertadora em favor dos pobres e com o culto, a celebração, a festa: os dois sentidos de "habodáh", que no fundo são uma só e mesma coisa, pois na medida em que somente a presença provocadora/reveladora do pobre desmorona o fetichismo, afirmamos que "o protesto do pobre é a epifania da revelação do Absoluto" (8). E, podemos perceber como Dussel que "o

(8) Enrique D. Dussel, op. cit., p. 110.

culto ao infinito é a própria libertação" (9). Que a pedagogia não se esqueça disso.

6. CONHECIMENTO E LIBERDADE

Que é ser livre?

Com leves variações a resposta deve ter sido: ser livre é ter a capacidade de escolher, de dizer não às coisas que nos condicionam, é fazer o que se quer... Mas sabemos, de fato, o que queremos? Conhecemos, de fato, o desejo que nos impela a buscar determinada coisa?

Por isso, inicio esse ítem recordando que a tão buscada liberdade tem no conhecimento da verdade sua condição primeira. Assim, quando dizemos que não há Cristologia neutra, por exemplo, estamos afirmando que para julgar a atitude de alguém, frente a "seu" Cristo, devemos conhecer o Cristo em que ele crê. Ou, mais que dizer com Nietschze que Deus morreu, devemos perguntar qual o Deus que morreu.

Deste modo, quero imaginar que não há de fato o livre-arbítrio no sentido verdadeiro de seu termo. Porque penso que também ele é determinado pelo conhecimento que temos das coisas. Isso é arriscado dizer, e ainda mais em um trabalho como este. Contudo, baseando-me no que já disse, e acrescentando algumas coisas, quero propor que só há liberdade na união com o divino. Que motivos tenho para, além dos que já apresentei, defender essa causa?

Primeiro: que o homem psíquico é fruto da interação entre sua carga hereditária e as influências do ambiente. Se ele é de tal modo, é porque nasceu assim ou porque o ambiente o fez assim. Em ambos os casos não houve participação de sua vontade própria.

Segundo: porque, como dizia Marx, em sua tese da imanência, o homem só pode pensar de acordo com aquilo que a sua situação sócio-cultural permite.

Terceiro: porque, como Freud já nos mostrou, os nossos desejos são inconscientes.

Quarto: porque conhecer verdadeiramente o bem é desejá-lo. Quem querará o mal conhecendo-o e conhecendo o bem?

(9) Enrique D. Dussel, op. cit., p. 111.

Penso que já basta.

O homem é, desse modo, determinado a agir conforme tudo lhe ocorra. Porém — quero reforçar — dizer que o livre-arbítrio não é uma condição do ser humano não é negar a sua liberdade. É, antes, elevá-la. Colocá-la como fin da hominização e como encontro com o Absoluto, pois se Jesus Cristo é, por ser um-com-Deus, antecipação da verdadeira liberdade, e se a liberdade é escravidão a Deus (10), então é a imagem de Deus no homem que fundamenta a liberdade humana, e só na união com o divino é que há liberdade (2 Cor 3, 17). Logo, não queira o homem acreditar que pode ser livre sem Deus e, menos ainda, ser livre de Deus. Isso seria escravizá-lo à sua finitude e determinação.

Assim, quando se fala em um processo de libertação como caminho para a liberdade, deve-se recordar que se essa última só se encontra na união plena com Deus, o elemento religioso é fundamental nesse processo. Não há liberdade verdadeira fora de Deus; não há libertação que se faça sem a práxis religiosa.

Então, no fundo, valeria uma análise sobre o termo libertação. Que fazemos para contribuir com esse processo? Não é Deus quem liberta? O que faz, então, todo ato pedagógico? Acredito que a conscientização. E, com isso, já contribuí muito, pois quanto mais consciente o homem é (ainda que tenha sido determinado a sê-lo), maior o seu campo de visão, e maior a sua liberdade.

Portanto, tendo em mente que é Deus quem liberta e que o Reino de Deus vem, a pedagogia deve ser responsável por aquilo que é libertação temporal: justiça social, celebração do Cristo garantia de libertação, e conscientização.

(10) Fundamenta a afirmação: a) Êx 4, 23; b) a resposta de Santo Agostinho quando lhe perguntaram, após a conversão, por que ele havia escolhido viver sob a escravidão que era o cristianismo: "Porque prefiro a escravidão que liberta à liberdade que escraviza"; c) "O homem livre é aquele que pertence a si mesmo (...) Quem recebe seu impulso de um outro não é livre (...) Quem não faz o mal, não porque é um mal, mas por causa de um preceito do Senhor, não é livre. Quem rejeita o mal porque é um mal, este é livre e é impulsionado pelo Espírito, pelo Amor". (Santo Tomás).

APÊNDICE

A AÇÃO PEDAGÓGICA DAS CEBs

Em nosso tempo há o surgimento de um espaço (educacional também) onde se desenvolve a libertação (no seu aspecto temporal) de um modo bem intenso e inovador: as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base).

A título de exemplo, usando da experiência do livro de Laura M. S. Duarte, "Isto não se Aprende na Escola", apresento como funcionaram três CEBs da cidade de Vitória-ES, no período de 1980 - 1982.

Na medida em que se percebia uma desvinculação entre a educação escolar e a vida, sentiu-se a necessidade de utilizar as CEBs (espaço primeira e essencialmente religioso), no sentido já apresentado de religião enquanto profecia) para sanar a deficiência educacional de seus membros. E, de um modo ainda mais amplo, de dar, mais que a ciência de que necessitavam, a consciência.

O povo, destarte, organizando-se num espaço religioso, com o apoio da Igreja progressista e dos agentes de pastoral, descobre uma nova ação educativa conscientizadora que o desperta para sua possibilidade de cidadania e de emancipação.

Vale, então, apresentar como se processava essa ação educativa que jamais vinha desvinculada de seu teor pastoral religioso.

Objetivo: O povo é o próprio objetivo. É ele princípio e fim do processo. A meta é a hominização: "ajudar o homem a ser cada vez mais homem na comunhão com Deus e na vivência fraterna com os outros, colaborando na construção de uma sociedade nova e do homem novo". (11)

Conteúdos: Apoiados na prática popular, relacionando vida pessoal com história da sociedade. É assim que, por exemplo, analisava-se a história do "seu" Julio comparando-a com aquilo que acontecia na história do Brasil no mesmo tempo.

Material de Estudo: Criado pelo povo (jornais, murais, histórias em quadrinhos, etc.), valorizando, assim, a cultura do povo e as pessoas individualmente consi

(11) Laura M.S. Duarte, Isto não se Aprende na Escola (Petrópolis: Vozes, 1986), p.67.

deradas.

Atividades: No método do diálogo, aprende-se o valor de cada pessoa. As atividades para esse fim eram muitas e interessantes (cochichos, dramatizações, análise de situações simuladas, etc.) e se processavam em reuniões de comunidade, encontros de animadores, treinamentos de agentes de pastoral, etc.

Avaliação: Realizada constantemente e em conjunto. Avalia-se o grupo, e não cada pessoa em particular.

Papel do Agente de Pastoral: a) intervenção pedagógico-pastoral: promover mudanças na atividade eclesial, mostrar ao povo que ele é o mesmo Povo de Deus da Bíblia e que por isso ela foi escrita para ele. O conteúdo da Bíblia, assim, é altamente educativo (valeria pesquisar a influência dos Círculos Bíblicos na formação das CEBs). b) intervenção pedagógico-política: "levar" o povo a se engajar em outras organizações da vida social, como sindicatos, partidos políticos, movimentos populares, etc., e ensinar a vida política pela própria prática vivida na CEB. Auxiliá-los, finalmente, com o método "ver-julgar — agir", a desmascarar as ideologias (conscientizar-se, portanto) a fim de criar uma nova ordem social e até religiosa.

Com isso, mais uma vez, quero atestar o poder do elemento religioso no processo pedagógico. Ele não é só enriquecedor de uma pedagogia, mas, às vezes, até fonte de uma nova, como no caso dessas CEBs.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Rubem Azevedo. O que é Religião. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984.
- BERGER, Peter L.. Um Rumor de Anjos. Trad. do inglês por Waldemar Boff. Petrópolis: Vozes, 1973.
- BOFF, Leonardo. A Fé na Periferia do Mundo. (3ª ed.) Petrópolis: Vozes, 1983.
- BOFF, Leonardo. O Destino do Homem no Mundo. Ensaio sobre a Vocação Humana. (6ª ed.) Petrópolis: Vozes, 1982.
- DUARTE, Laura Maria Schneider. Isto não se Aprende na Escola. A Educação do Povo nas CEBs. (3ª ed.) Petrópolis: Vozes, 1986.
- DUSSEL, Enrique D.. Filosofia da Libertação. Trad. do castelhano por Luiz João Gaio. São Paulo: Loyola, s/d.
- KOLAKOWSKI, Leszek. "A Revanche do Sagrado na Cultura Profana" in Revista Religião & Sociedade, número 1 (maio, 1977).
- VATICANO. Congregação para a Doutrina da Fé. Instrução sobre a Liberdade Cristã e a Libertação. (3ª ed.) São Paulo: Paulinas, 1986.
- WOODWORTH, Robert S. e MARQUIS, Donald G.. Psicologia. Trad. do inglês por Lavínia C. Raymond. (6ª ed.) São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.